

A formação territorial do Bico do Papagaio

Rutileia Lima Almeida

Mestre em Geografia-IESA/UFG

Profª do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - IFMA.

rutygeo@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo tem o objetivo de discutir a trajetória espacial do território Goiás-Tocantins, analisando como as correntes de povoamento e a construção da Belém-Brasília serviram de base e justificativa para a separação e criação do atual Estado do Tocantins e como a região do Bico do Papagaio respondeu a esses processos.

Palavras chave: Bico do Papagaio. Estado do Tocantins. Belém-Brasília.

INTRODUÇÃO

A formação regional do Bico do Papagaio perpassa por diversos contextos até adquirir os contornos atuais. A região pertencia ao Estado de Goiás e passou um longo período de isolamento regional. Entre as décadas de 1960 e 1980 presenciou um período de conflitos agrários. Também serviu como argumento para a emancipação política do Estado do Tocantins. Nesse sentido, no desenvolvimento deste artigo, alguns questionamentos são elencados: Como se deu o processo histórico de ocupação do território do Bico do Papagaio? Como aconteceu a formação regional do Bico do Papagaio num contexto de fragmentação do território goiano?

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As raízes da formação

O uso do território é marcado, de um lado, por uma maior fluidez, com menos fricções e rugosidades e, de outro, pela fixidez, dada por objetos maciços e grandes e também pelos microobjetos da eletrônica e da informática, cujas localizações devem ser adequadas e precisas. A expansão desse meio técnico-científico-informacional é seletiva, com o reforço de algumas regiões e o enfraquecimento relativo de outras.

Santos & Silveira (2001), p. 102

O “Tocantins é filho da Belém-Brasília”, com esta afirmação Texeira Neto (2005), expressa o valor magistral da rodovia para a formação territorial do estado do Tocantins. Todavia, apesar da afirmação expressar a importância basilar da rodovia (assunto que abordaremos de forma mais clara, no próximo tópico deste artigo), as raízes históricas da criação do estado do Tocantins repousam em questões políticas e econômicas pretéritas.

Compreender a formação territorial do Bico do Papagaio no estado do Tocantins nos obriga a fazer uma vinculação da história dessa formação com a história de Goiás e com decisões políticas nacionais que intervieram naquele espaço. Para tanto, perceber como o processo de ocupação e apropriação da região do Bico do Papagaio se inter-relaciona com os projetos políticos nacionais.

O território da região do Bico do Papagaio começou a estruturar-se ainda no século XVIII, com a exploração das minas auríferas, cuja exploração em Goiás permaneceu durante todo o século. Foi durante essa exploração do ouro que se formaram os primeiros arraiais. De acordo com Estevam (2004, p. 24):

Os primeiros arraiais do ouro foram erigidos no centro-sul da capitania tendo sido descobertos entre 1725 e 1731. A partir de então surgiram minas ladeando o rio Tocantins e a sucessão de descobertas ao norte perseguiu até a metade do século quando mineradores da Bahia, Pará, Maranhão e Piauí estabeleceram-se na região.

No final do séc. XVIII ocorre o declínio na produtividade das minas auríferas goianas “que prolongou-se de forma vagarosa mas constante. A partir de 1778 a baixa na produção foi alarmante.”(op.cit. p.39). Com o norte de Goiás esse declínio também ocorreu, a qual chega ao séc. XIX numa situação bastante crítica. A alternativa encontrada foi a atividade baseada na agricultura e pecuária, cujas são predominantes até os dias de hoje. Conforme afirma Parente (1999, p. 96):

Na economia de subsistência, a população encontra mecanismos de resistência para que possa se integrar, mesmo lentamente, a uma nova forma de atividade econômica baseada na produção agropecuária, que predomina até hoje e constitui a base da economia do atual estado do Tocantins.

A configuração do território no norte de Goiás sofreu alterações, na medida em que o desenrolar histórico originou e o consolidou o espaço sócio-econômico da região que conforme dito teve relação direta com as políticas econômicas do país.

Reiterando, a decadência da mineração trouxe uma nova estruturação da base econômica de Goiás. Conforme afirma Estevam (2004, p.39), “com o gradativo esgotamento das jazidas houve significativo aumento de exploração rural evidenciando mudança no caráter de exploração destas atividades e produzindo-se, desta feita, quase que unicamente para a própria subsistência.”.

A atividade produtiva que se desenhava no norte de Goiás tinha uma base na pecuária extensiva, a qual era propícia para a região que tinha a seu favor uma grande extensão e pastos naturais. A agricultura explorada naquele território era “a agricultura ‘camponesa’ caracterizada pela fraca utilização de insumos e pela predominância do trabalho familiar”. (op.cit.)

Dessa forma, podemos constatar que o norte de Goiás foi estruturando-se com aptidões para a pecuária e agricultura, a qual vale lembrar, tinha fraca produtividade. Demonstrando assim, uma economia à margem, sem grande influência e participação de destaque na receita de Goiás.

O rio Tocantins exercia grande influência nessa atividade produtiva, se manifestava como o articulador alternativo da economia no norte goiano, já que através dele, o norte e principalmente o Bico do Papagaio integrava sua economia à outras regiões do país, em especial com os estados do Maranhão e Pará.

Este mesmo autor chama a atenção para estrutura fundiária que se montou, baseada no latifúndio e na posse. Alencar (1993) *apud* Estevam (2004, p. 44) alerta que “chegou-se ao fim do período colonial com dois com dois traços fundamentalmente marcantes na estrutura agrária: o latifúndio e a posse não raramente interligados. Para o interior a posse era uma realidade irrefutável.” Este fato vai marcar profundamente o território do Bico do papagaio no séc. XX, na medida em que será palco de um dos mais violentos conflitos agrários do país, fato muito comum na expansão das fronteiras. O extremo Norte de Goiás viria a ser uma fronteira de penetração para a Amazônia e sua apropriação.

Estevam (2004 p.51), afirma que os fluxos de povoamento em Goiás aconteceram com uma diferenciação entre o povoamento no norte e o do sul do estado, conforme este autor, “aconteceram dois fluxos diferenciados de povoamento em Goiás no século XIX. Um oriundo dos sertões nordestinos; o outro, de mineiros e paulistas ocupou o sul e o sudeste da província. A lenta e silenciosa acomodação demográfica perdurou ao longo de todo o século.”.

No que concerne a esta afirmação, fica explícito que o estado de Goiás desde início de sua ocupação, criava-se uma separação entre o norte e o sul do estado fato que consubstanciava um iminente desejo de autonomia no norte, haja vista que “o norte acusava o governo do sul de completo abandono e o governo acusava o norte de não cobrir sequer os gastos com o funcionalismo. (Palacin *apud* Estevam, 2004, p.53)

O movimento que intencionava a separação do Norte de Goiás, começa em 1821 com o embaixador Joaquim Teotônio Segurado e culmina com a lei promulgada na Constituição de 1988, a qual criava o mais novo estado da Federação, o Tocantins.

O argumento para tal separação, desde o princípio se pautava na inquietação da população local com o isolamento e descaso regional. Movimento este, que repudiava segundo Cavalcante (1999, p.73), a “situação de abandono político-administrativo a que estavam relegados desde a decadência das minas auríferas da região”. Ao longo do século XX o movimento foi ganhando força, se configurando como notável movimento separatista deste século.

Os sustentáculos desse movimento ganhavam força na medida em que o Centro-Sul de Goiás se estabelecia com notório crescimento demográfico e capacidade de produção o que era inversamente proporcional com o que acontecia com o Norte de Goiás, que permanecia relegado a permanecer num vazio demográfico e sem força produtiva.

A partir da década de 1930, no sentido de integrar espaços vazios e criar um mercado comum, que tinha como objetivo consolidar o projeto político que tinha um discurso desenvolvimentista nacional, o Estado elabora uma série de estratégia com esse objetivo. Dentre elas podemos ressaltar: nos anos de 1940 a construção de Goiânia - a nova capital do estado de Goiás -, a construção de Brasília e de algumas rodovias, dentre elas uma de importância fundamental na formação territorial do estado do Tocantins, a Belém-Brasília.

Belém-Brasília: a esperança da mudança

A abertura da rodovia Belém-Brasília modificou quase que completamente a estrutura socioeconômica predominante no norte goiano (atual Tocantins). Antes da sua construção, a região era quase desabitada, em parte devido à infraestrutura desse Estado, cuja principal via de comunicação era o rio Tocantins.

O projeto de desenvolvimento, articulado no governo de Juscelino Kubitschek, tinha pretensão de construir a capital do país em pleno cerrado brasileiro, o que fez surgir à necessidade da construção de rodovias que a ligassem a diversos pontos do território brasileiro. Tal projeto tinha aspiração de reordenar o espaço nacional de forma a induzir uma integração das regiões Norte e Centro-Oeste, cuja economia, até então, era sem grande influência no mercado nacional. Essas intenções são características de um Estado que pretendia descentralizar as atividades econômicas do país e ao mesmo tempo torná-lo integrado para melhor competir e entrar no mercado externo.

O Estado, a partir de 1930, começou a elaborar estratégias com o objetivo de criar um mercado econômico nacional, que até então não existia. Nesse sentido deu início à chamada “marcha para o oeste” a fim de integrar espaços vazios. Conforme afirma Ferraz (2000, p. 42)

A chamada ‘marcha para o oeste’ a partir dos anos trinta visava a integração econômica do território brasileiro, objetivando criar um mercado. A expansão das rodovias tornou acessíveis as populações de uma vasta área os produtos do capital industrial, concentrados, sobretudo em São Paulo.

. Brasília cumpriria o papel de fortalecer e caberia a ela o papel de engendrar a política de abertura de capital estrangeiro promovida no governo de Kubitschek. É inegável que a construção da capital no interior do país, necessitaria de investimentos na área de transporte, os quais viriam a atender, dentre outras necessidades, a ligação da Região Amazônica, até então isolada, ao restante do país. Para Valverde, que dividiu a rodovia em secção Norte, secção Central, secção do Sul, para uma melhor compreensão da faixa de terras, cuja rodovia exerce influências diretas e indiretas faz um alerta. Para este autor (1967, p. 2):

A secção do Norte vai de Belém até as proximidades de Açailândia, [...]. Compreende a região cuja vegetação natural é a hiléia amazônica, e que, embora povoada em certos trechos por brasileiros oriundos de outras partes (Nordeste, Meio-Norte, Minas Gerais), teve, na maior parte, a ocupação feita a partir de Belém e suas vizinhanças.

Algo importante a se lembrar, é a resposta dada por esta parte Norte da rodovia e evidente pelas regiões ao seu entorno, diante dos investimentos do Estado. Essas regiões passaram por profundas mudanças em sua estrutura interna: integração com o Brasil, criação de cidades, mudança na economia e na produção agrária e pecuarista. A Belém-Brasília se constitui numa grande via de comunicação entre o então Norte goiano e o restante do país.

A construção da Belém-Brasília dá início a uma ocupação acelerada na região Tocantina, sendo criadas várias cidades ao seu entorno, inclusive na região do Bico do Papagaio. Conforme afirma Barbosa, Teixeira Neto & Gomes a criação dessa rodovia foi fundamental para a nova configuração sócio-espacial que se originou na região Tocantina:

Podemos afirmar sem nenhum constrangimento que o estado do Tocantins é ‘filho’ da Belém-Brasília. Sem ela, o estado não passaria hoje, de um imenso território mesopotâmico (...). O estado do Tocantins é uma dádiva da grande rodovia, porque praticamente não há cidade que não tenha nascido no seu ventre (...) (2004, p.79).

A afirmação dos autores demonstra o papel da rodovia na reestrutura interna da região Norte de Goiás (atual Tocantins), modificando o seu espaço e sendo determinante na criação de várias cidades em seu entorno. No bojo dessa reestruturação, é importante lembrar, que houve uma interferência, mesmo que

de forma insipiente, em sua economia, essencialmente de subsistência, refletindo em uma integração importante para o Estado.

A rodovia Belém-Brasília, torna-se um marco na formação do território Norte de Goiás, um eixo de penetração e de envergadura incontestável no povoamento e urbanização da região, que se caracterizava pelo isolamento que delineava um território estagnado e com nenhuma perspectiva de investimentos.

Segundo afirma Barbosa, Teixeira Neto & Gomes (2004, p. 79), a criação dessa rodovia, a qual tinha o objetivo de integrar o território nacional e regional, foi a que mais modificou o território tocantinense e para a nova configuração sócio-espacial que se originou na região no Bico do Papagaio:

No Tocantins, a BR-153 é mais que a espinha dorsal que dá sustentação e viabilidade econômica e social ao território, porque ela é a causa direta do seu desenvolvimento e crescimento urbano e até mesmo da criação do estado. Podemos afirmar sem nenhum constrangimento que o estado do Tocantins é 'filho' da Belém-Brasília. Sem ela, o estado não passaria hoje, de um imenso território mesopotâmico, situado em sua maior parte entre os rios Araguaia e Tocantins, isolado do Sul do país e sem saída para o Norte, a não ser por água, como antigamente. O estado do Tocantins é uma dívida da grande rodovia, porque praticamente não há cidade que não tenha nascido no seu ventre.

Paralelamente, há que se acrescentar que a rodovia, ou melhor, os investimentos gerados para ligar o Sul ao Norte do país também foi emblemático no seu efeito perverso, já que instalou nos arredores um rastro de pobreza, na medida em que foi construída não com o objetivo de desenvolver economicamente e socialmente o Norte de Goiás, mas de usá-lo, enquanto passagem. Neste caso a mão invisível do Estado atua no sentido de promover e ressaltar as desigualdades regionais. O reflexo desse efeito perverso se manifesta na forma de uma região que serviu apenas para a passagem e fluxo de riquezas apenas um eixo de transporte.

A maioria das cidades do Bico do Papagaio surgiu a partir da década de 1980, haja vista que foi nesta década que se alargaram as discussões sobre a criação do estado do Tocantins e posteriormente com sua efetiva criação na Constituição de 1988. Isso implica em dizer que mais uma decisão nacional tem seus reflexos na formação territorial do Tocantins e conseqüentemente do Bico do Papagaio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A região do Bico do Papagaio que, durante muito tempo, incorporou o estigma de região isolada, vive atualmente um período de mudanças em sua configuração territorial, em seu espaço geográfico, dada a implantação de inúmeros projetos, a nível Federal e Estadual. O período considerado de isolamento regional, em princípio, materializou-se em função da distância espacial entre a parte norte e parte sul (onde a sede do governo se instalou), de Goiás. Forjando-se uma estrutura regional fortemente desigual e que reflete na atual conjuntura econômica do atual Estado do Tocantins e, mais precisamente, do seu extremo norte, região do Bico do Papagaio, possuidoras de fracos indicadores econômicos.

Referenciais Bibliográficos

CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. *Tocantins: o movimento separatista do norte de Goiás, 1821-1988*. São Paulo: A. Garibaldi, UCG, 1999.

SOUZA, Sônia Maria de. Belém-Brasília: abrindo fronteiras no norte goiano (atual Tocantins) – 1958-1975. In: GERALDIN, Odair (Org.) *A (trans) formação histórica do Tocantins*. Goiânia: Ed. UFG, 2004, p. 351-394.

PARENTE, Temis. Gomes. *Fundamentos históricos do estado do Tocantins*. Goiânia: ed. da UFG, 1999.

ESTEVAM, Luís. *O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação de Goiás*. Goiânia: ed. da UCG, 2004.